

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - UNIÃO) – Vou suspender a sessão, por dez minutos, para ajuste final do texto.

Estão suspensos os trabalhos.

- Suspensos, os trabalhos são reabertos sob a presidência do Sr. Milton Leite.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - UNIÃO) – Reaberta a sessão.

Passemos ao item seguinte.

- “PL 1/2022, DO EXECUTIVO. Dispõe que, para o exercício de 2021, os dias de afastamento relativos às licenças para tratamento da saúde do servidor e por motivo de doença em pessoa da família não serão computados como ausência para fins de pagamento do Prêmio de Desempenho Educacional, de que trata a Lei n.º 14.938, de 30 de junho de 2009. FASE DA DISCUSSÃO: 2ª. APROVAÇÃO MEDIANTE VOTO FAVORÁVEL DA MAIORIA ABSOLUTA DOS MEMBROS DA CÂMARA.”

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite – UNIÃO) – Em discussão. Não há oradores inscritos; está encerrada a discussão.

Há sobre a mesa substitutivo, que será lido.

- É lido o seguinte: (Substitutivo ao PL 1/2022)

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite – UNIÃO) – Neste momento, eu convoco a reunião conjunta das Comissões, composta pelas seguintes Comissões: Constituição, Justiça e Legislação Participativa; Administração Pública; Educação, Cultura e Esportes; Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher; e de Finanças e Orçamento.

Convido o Vereador Gilson Barreto para presidir os trabalhos.

Estão suspensos os trabalhos para a realização do Congresso de Comissões.

- Suspensos, os trabalhos são reabertos sob a presidência do Sr. Milton Leite.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite – UNIÃO) – Há sobre a mesa parecer, que será lido.

- É lido o seguinte: (parecer ao substitutivo ao PL 1/22)

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - UNIÃO) – Passemos ao processo de encaminhamento de votação.

Tem a palavra, para encaminhar a votação, a nobre Vereadora Silvia da Bancada Feminista.

A SRA. SILVIA DA BANCADA FEMINISTA (PSOL) – Sr. Presidente, Srs. Vereadores e telespectadores da TV Câmara, queria dizer que esse PL que estamos votando agora faz justiça com os profissionais de Educação da cidade de São Paulo. Faz justiça por quê? Porque desconsidera as licenças médicas e também as faltas abonadas e justificadas para efeitos do pagamento do PDE, ou seja, do prêmio que os profissionais de Educação recebem pelo seu desempenho. Por que isso é importante? Porque 2021 foi um ano muito difícil para os profissionais de Educação. Nós perdemos profissionais por conta da Covid. Muitos profissionais ficaram internados e com sequelas da Covid. Profissionais tiveram que levar seus parentes e acompanhar seus parentes e seus filhos ao médico. Enfim, foi um ano muito difícil e nada mais do que justo que licenças médicas não sejam consideradas para efeito do pagamento do PDE, também as faltas abonadas e as faltas justificadas, que, na maioria das vezes, são utilizadas também para problemas de saúde, seja do próprio profissional da Educação, seja dos seus parentes e dos seus familiares.

Mais ainda assim gostaria de dizer que gostaríamos também de ver, no projeto, a questão de que as faltas da greve não sejam consideradas para também efeitos de pagamento do PDE.

Nós conversamos hoje com o Secretário Fabrício, que nos garantiu que essas faltas não vão ser consideradas e quem teve desconto vai receber o PDE sem desconto dessas faltas referentes à greve, que foi a greve de luta contra o Sampaprev 2, a maior luta travada, no ano passado, aqui de todos os servidores públicos no município de São Paulo.

Então, nós tivemos hoje o compromisso tanto do Secretário Fabrício quanto do Líder do Governo, Vereador Fabio Riva, quanto do Presidente da Câmara Municipal, Vereador Milton Leite, de que todos os profissionais da Educação não terão esse desconto. Ou seja, vão receber

o PDE que tiveram desconto, por conta das faltas relativas à greve contra o SampaPrev 2.

Então, por conta disso, por conta de nós considerarmos que esse PL é fruto da luta dos profissionais de Educação e de todos os servidores municipais, nós, da bancada do PSOL, estamos encaminhando o voto favorável.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - UNIÃO) – Tem a palavra, para encaminhar a votação, o nobre Vereador Professor Toninho Vespoli.

O SR. PROFESSOR TONINHO VESPOLI (PSOL) – Sr. Presidente e Srs. Vereadores, hoje eu venho a este microfone, com muita alegria e satisfação, porque conseguimos chegar a uma negociação aqui, tanto a Situação como a Oposição, bem favorável para os servidores.

Sabemos que a vida não está fácil. Eu sempre venho aqui, nesta tribuna, falar do sofrimento - não tem outra palavra: sofrimento - dos servidores públicos, porque as conquistas deles são muito difíceis, são com muita luta. Luta essa que nem sempre, ou quase nunca, nesse último período principalmente, está sendo ganha. Inclusive, está mesmo é resultando em perdas. O SampaPrev 2 é um exemplo disso, foi perda de 14%.

Então, assim: eu acho que vem o projeto, pelo menos, para não massacrar os servidores, principalmente os grevistas, por quê? Porque, segundo a reunião que tivemos e segundo o Fabrício, Secretário de Gestão explicou para nós, e ele que estava lá, junto com as bancadas do PT, do PSOL, o Presidente Milton Leite inclusive, e o Vereador Fabio Riva, que é o Líder do Governo, que à medida que desaponta a falta, o próprio sistema vai recalcular o PDE, que isso já estaria garantido, só no momento que desapontou a falta.

Mas nós ficamos naquela insegurança, porque, estou vendo aqui presente o Bispo Atílio e ele está nesta Casa há mais tempo que eu, deve concordar que nós já vimos muitas falas do que seria feito, claro que é mínima - não é a maioria - e que, depois, houve promessas que não foram cumpridas. Então nos deixa, a nós da Oposição, e principalmente os servidores públicos bastante inseguros.

Ao mesmo tempo, ele se mostrou bastante firme e ele entrou, eu acho que além a isso, pois nós pedimos também que as abonadas e as faltas justificadas não fossem computadas também, para prejudicar aí o valor do PDE do pessoal da Educação. E ele falou que isso era bem razoável, até porque estamos vivendo um momento diferenciado, que é a pandemia, e tenho certeza que muitas pessoas, aqui, em algum momento, teve de tomar conta do seu filho, da sua filha, do seu pai e da sua mãe por causa da pandemia. Então ele achava bastante razoável que isso acontecesse.

Por isso, nós achamos mesmo que o Governo avançou com esse nosso pedido e que isso foi concretizado, aqui, num substitutivo, que nós assinamos, a Bancada do PSOL assinou. Portanto, vamos votar a favor por conta disso, pois não achamos justo que os grevistas, as pessoas que faltaram, tiveram faltas abonadas ou justificadas, tivessem alguma perda no valor do PDE, por essas várias questões que nós já levantamos aqui.

Então o PSOL encaminha voto favorável, estamos assinando juntos essa questão, mas quero destacar que, claro, no Parlamento, as coisas acontecem, é importante, os mandatos brigam entre si, nosso mandato briga, outros mandatos brigam, mas que foi uma luta dos servidores públicos. Devemos reconhecer também a briga e a luta dos sindicatos que tiveram um papel importante nessa negociação.

Acho que com esse trabalho em rede, sociedade civil, sindicatos e o Parlamento, temos ganhos substanciais, e ganhos, talvez, menos traumáticos para toda a categoria. Então indicamos voto favorável, mas também, claro, cobrando aqui tanto o Líder do Governo, que vai falar logo após, quanto o Fabrício que, realmente, cumpra esse trato que, de verdade, nós vejamos essa folha de pagamento ser efetivada da forma que ele se comprometeu conosco.

Sendo assim, é uma vitória da categoria, uma vitória dos servidores públicos. E é isso. Vamos à luta. Vamos lutar contra as privatizações e terceirizações que tanto assolam o serviço público. Um abraço. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - UNIÃO) - Tem a palavra, para encaminhar a votação, o nobre Vereador Senival Moura.

O SR. SENIVAL MOURA (PT) - Muito boa tarde, Sr. Presidente Vereador Milton Leite. Boa tarde aos pares presentes no dia de hoje. Boa tarde a quem está nos acompanhando também pela TV Câmara São Paulo e outros meios das redes sociais.

É importante frisar que a matéria ora discutida, neste momento, quando estamos falando sobre o PL 01/22 do Executivo, inclusive que é de autoria, naquela oportunidade, do Prefeito da cidade de São Paulo Vereador Milton Leite, que já pensando em contribuir com o funcionalismo público fez um esforço grande para que chegasse à Casa Municipal, à Câmara Municipal, melhor dizendo, projeto para atender as reivindicações do funcionalismo público, em especial dos professores e agentes da área de saúde.

Chegou a matéria, foi discutida e, apesar de ter havido algumas divergências, foi aprovada em primeira votação com o comprometimento, por parte do Líder do Governo e também do próprio Presidente, de melhorarmos a redação do projeto, atendendo aquilo que é importante para todo o funcionalismo público municipal.

Hoje o Secretário de Gestão, Sr. Fabrício Cobra, depois de uma explicação detalhada, sanou dúvidas dos Srs. Vereadores, especialmente os das Bancadas do PT e PSOL. Nós tínhamos essas dúvidas e com razão, porque este é o momento de fazermos os ajustes principais antes de aprovarmos um projeto que se tornará uma lei, que deve ser clara; lei não pode deixar dúvida, tem que esclarecer. É por isso que nós não podemos votar algo que possibilite dupla interpretação, que sempre será favorável à gestão que está governando, será conforme o seu entendimento.

O objetivo de hoje, portanto, foi trazer luz a tudo isso, foi esclarecer alguns pontos, como o pagamento das faltas abonadas por parte da Prefeitura, e como o trabalhador, tanto o professor como o profissional da área de saúde, assim como todo o funcionalismo, também terá que cumprir algumas atribuições para que seja beneficiado com tudo isso. Tudo ficou muito claro. Por essa razão, nós entendemos que há justificativas de sobra para nós votarmos e encaminharmos voto favorável.

Então, depois de todo esse esclarecimento no dia de hoje, a Bancada de Vereadores

do Partido dos Trabalhadores votará favoravelmente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - UNIÃO) – Tem a palavra, para encaminhar a votação pelo Republicanos, a nobre Vereadora Sonaira Fernandes.

A SRA. SONAIRA FERNANDES (REPUBLICANOS) – Sr. Presidente, eu venho louvar o grande passo que esta Casa está dando no dia de hoje em relação aos profissionais da educação, que há pouco tempo enfrentaram um debate sobre o Sampaprev e que, juntamente com alguns Srs. Vereadores, lutaram por seus direitos. Esta foi uma prova, uma demonstração de que essa luta é de todos os Srs. Vereadores da Câmara Municipal de São Paulo e não uma luta individual ou de sindicatos. Na tarde de hoje, houve essa demonstração por Executivo e desta Casa. Parabéns aos professores e a todo funcionalismo público pela luta.

No entanto, mais uma vez, quero deixar registrado o silêncio da classe que diz lutar pelos direitos dos profissionais da educação após aprovação dos 37% concedidos a eles.

Muito obrigada e parabéns à Câmara Municipal de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - UNIÃO) – Tem a palavra, para encaminhar a votação pelo PSDB, o nobre Vereador Fabio Riva.

O SR. FABIO RIVA (PSDB) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Vereadores, público que nos assiste pela TV Câmara São Paulo, para ser breve, gostaria de dizer que o diálogo prevalece na Câmara Municipal de São Paulo. As ideias até podem ser divergentes em alguns momentos, mas também são convergentes quando o diálogo é aberto. Apesar de o mundo só estar falando em guerra, aqui hoje nós construímos pontes e diálogos ao trazermos o Secretário de Gestão, o Sr. Fabrício Cobra, e dialogarmos com o Secretário de Educação, o Sr. Padula, acerca de um projeto importante que apresenta o Prêmio de Desempenho Educacional. Havia algumas dúvidas da Bancada do PT, da Bancada do PSOL, da Vereadora Sonaira, do Vereador Eli Corrêa, de

V.Exa. e de outras Bancadas acerca desse projeto. Muitas vezes, a letra fria da Lei não retrata efetivamente aquilo que é o desejo das pessoas. Esta Câmara, hoje, deu esse exemplo em um projeto que parece muito simples, mas não é até porque vários aspectos estão diretamente ligados, principalmente, quando falamos de um governo transparente, um governo que quer dialogar. O Governo Ricardo Nunes - a gestão Bruno Covas - tem essa característica e eu na função de porta-voz muitas vezes acabo absorvendo essa função de articular, de conversar, de discutir.

O Secretário Fabrício Cobra deixou muito clara a questão de algumas faltas, principalmente no momento da votação do Sampaprev, que elas já foram decididas em uma portaria e que, por conta de rodar a folha de pagamento em um primeiro momento entrou como falta, mas depois foi retirada essa questão da falta. Pelo fato de se fazer a folha de pagamento rodar mês a mês, esses servidores tiveram essa falta e tiveram desconto do desempenho, mas vão ser retomadas suas condições normais, inclusive não vai ter nenhum prejuízo na questão do Prêmio Desempenho Educacional. Essa foi a fala do Secretário e venho corroborar e reafirmar o compromisso que o Secretário fez em reunião com algumas Bancadas.

Quero ser muito claro que o que se acrescentou nesse projeto que tratava única e exclusivamente à licença de tratamento de saúde do servidor ou de algum ente querido, algum parente, pessoa da família e também incluímos as faltas abonadas e justificadas fazendo jus a um desejo, um apelo da categoria e que a sensibilidade do Executivo, mais uma vez, operou construindo este diálogo perene diretamente com os atores principais, que é o servidor público que tanto trabalha pela cidade de São Paulo.

Sr. Presidente, venho encaminhar o voto “sim” uma vez que existe um acordo e muito bem construído. V.Exa., mais uma vez, teve uma participação efetiva nesse acordo. Quero parabenizar V.Exa. pela presidência desse trabalho e também parabenizar os Vereadores e Vereadoras que construíram esse diálogo para que tivéssemos uma votação importante e de forma, quiçá, unânime nesta Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - UNIÃO) – Encerrado o encaminhamento de votação.

Passaremos ao processo de votação. Antes, um breve comentário. O substitutivo vem na versão apresentada pela Casa, como um todo. O esforço feito pelas Bancadas do PSOL e do PT que reivindicaram. Parte do pleito já havia sido atendida e parte atendida neste momento, o que buscou o consenso nesta Casa. Coisa rara, mas é possível.

A votos o PL 01/22, na forma do substitutivo apresentado pelas Lideranças. Os Srs. Vereadores favoráveis permaneçam como estão; os contrários, ou aqueles que desejarem verificação nominal de votação, manifestem-se agora. (Pausa) Aprovado. Vai à sanção.

Já acabei de assinar inclusive o projeto de lei. Já vai à sanção hoje.

Passemos à declaração de votos.

Tem a palavra o nobre Vereador Celso Giannazi, para declaração de voto. Neste momento, transfiro a presidência ao Vereador Atílio Francisco para conclusão dos trabalhos do dia de hoje.

- Assume a presidência o Sr. Atílio Francisco.

O SR. CELSO GIANNAZI (PSOL) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Vereadores, subo a esta tribuna da Câmara Municipal para falar da votação do PL 01/2022, que trata dos descontos do PDE, dos dias de paralisação, de greve, licença médica, faltas abonadas em relação ao Prêmio Desempenho Educacional da rede municipal de Educação.

Queria fazer um registro do diálogo que foi feito, mas, primeiro, falar da luta dos Servidores Públicos, dos profissionais da educação que estiveram incessantemente aqui batalhando na defesa de um direito constitucional, da defesa das suas aposentadorias e pensões, contra o confisco da aposentadoria e pensões e fizeram a greve do Sampaprev 2. Eles estavam tendo descontados os dias e também do PDE.

Conseguimos apresentar uma emenda e em um diálogo com o líder do Governo Fabio Riva, com o Presidente da Câmara, Vereador Milton Leite. Esteve também presente o